

TRANSPORTES / Corte de contas aprova repactuação da concessão da Fernão Dias. Ministro sugere melhoria na documentação de novos casos com saída consensual

TCU formula solução amigável para rodovia

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, a repactuação do contrato de concessão da rodovia Fernão Dias, trecho da BR-381 que liga São Paulo a Minas Gerais. O novo acordo prevê o aporte de R\$ 9,5 bilhões até 2040. O caso foi relatado pelo ministro Bruno Dantas, sendo o primeiro processo relacionado ao setor de concessões repactuado, sem que a concessionária tenha apresentado antes pedido de devolução amigável do trecho.

No julgamento, Dantas sugeriu ao Ministério dos Transportes aperfeiçoamentos na documentação de novos casos de solução consensual que cheguem à Corte. Segundo ele, o exemplo da Fernão Dias é positivo. “Em vez de discutirmos a viabilidade jurídica de realizar a repactuação, estamos nos detendo no aperfeiçoamento do modelo e nas medidas de governança que podem ser adotadas pelo Ministério dos Transportes para que os acordos sejam ainda mais eficientes e atendam ao interesse público primário”, afirmou.

Os recursos serão destinados, principalmente, à restauração e à manutenção de pavimentos (cerca de R\$ 5,81 bilhões), dada a atual condição da rodovia, e a obras de ampliação e melhorias — que somam aproximadamente R\$ 2,76 bilhões, incluindo a implantação de 108km de faixas adicionais, 14km de vias marginais e novos túneis.

As despesas operacionais estão estimadas em R\$ 5,4 bilhões, com foco em operação (R\$ 2,56 bilhões), conservação (R\$ 1,26 bilhão) e monitoramento da Fernão Dias. “As prioridades das obras recaem sobre a segurança viária e a fluidez do tráfego. Além dos investimentos em si, a repactuação significa modernização regulatória, com gestão paramétrica do contrato e a inclusão de parâmetros ESG. E foi estabelecido rigoroso período inicial de três anos com fiscalização reforçada para garantir a execução imediata das intervenções prioritárias”, frisou o ministro.

Problemas

A Fernão Dias é administrada desde 2008 pela Arteris. Ela tem quase 570km de extensão e atravessa 33 municípios. A rodovia passa por uma série de problemas de qualidade do pavimento e segurança viária. Para Dantas, a solução

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Segundo Dantas, “repactuação significa modernização, com gestão do contrato e inclusão de parâmetros ESG”

Preceitos indispensáveis

A sigla ESG vem do inglês e significa Environmental, Social and Governance, que em português quer dizer Ambiental, Social e Governança. É um conjunto de critérios e práticas que as empresas adotam para demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade, a responsabilidade social e a transparência em sua gestão. O E refere-se a como a empresa lida com questões ambientais, já o S foca na relação da empresa com a sociedade e seus colaboradores, enquanto o G diz respeito à forma como a empresa é administrada. A adoção das práticas ESG é cada vez mais importante para as empresas, pois influencia a percepção dos consumidores atraindo investimentos e contribui para um futuro mais sustentável.

consensual poderá garantir benefícios para os usuários, com um novo ciclo de restauração de pavimentos e obras de ampliação e melhorias, como a implantação, por exemplo, de 108km de faixas adicionais.

Na avaliação do economista Vinícius Carmo, esse modelo de processo simplificado para repactuação do contrato de concessão é um amadurecimento das ações de concessões que o país veio praticando. “Com a experiência de gestão da concessionária sobre o ativo, o governo tem condições de modelar uma nova rodada de investimentos

para atualização do ativo com o prolongamento do contrato de concessão de maneira mais rápida e prática, sem que com isso seja tolhida a concorrência e a transparência, que é o que esperamos do poder concedente”, destaca.

Carmo ressalta que o novo contrato possibilita mais investimentos. “A avaliação do TCU também parece ir nesse sentido. Há uma redução na burocracia com uma facilitação em favor da manutenção da continuidade do serviço, bem como um reforço na qualidade do serviço ofertado, com a inclusão de

» Ação do Novo é recusada

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu não tomar conhecimento da representação apresentada por parlamentares do Partido Novo contra o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e arquivou o processo sem julgamento de mérito. A denúncia alegava desvio de finalidade no uso de dados do Cadastro Único (CadÚnico), mas o plenário do TCU entendeu que os requisitos de admissibilidade não foram cumpridos. Assinada pelos deputados federais Adriana Ventura (SP), Marcel van Hattem (RS), Luiz Lima (RJ), Gilson Marques (SC), Ricardo Salles (SP) e pelo senador Eduardo Girão (CE), a representação citava supostas irregularidades baseadas em reportagens jornalísticas, que apontaram uso indevido de dados pessoais com fins promocionais.

uma nova rodada de investimentos necessários”, observa.

Para o advogado Luiz Antônio Calhão, especialista em direito empresarial, incentivar soluções amigáveis garante segurança jurídica às partes envolvidas. “Essa iniciativa pode incentivar abertura de outros ministros e a tribunais de conta a realizarem, também, a modernização dos contratos públicos. Esse aporte trará grandes melhorias à rodovia, que, por seu turno, possui uma grande importância nacional, pelo seu alto volume de tráfego”, salienta.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Derrotas na Câmara e no Senado refletem desaprovação de Lula

A escritora cearense Rachel de Queiroz (1910-2003), natural de Quixadá, foi uma grande jornalista, tradutora e dramaturga, sendo a primeira mulher a receber o Prêmio Camões (1993) e a ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1977. Com 20 anos, em 1930, publicou seu primeiro romance, *O Quinze*, no qual retrata a seca de 1915 no Nordeste do país e a realidade dos retirantes nordestinos. Foi o primeiro de uma vasta obra literária, na qual se destacam *As Três Marias* (1939), *Dora Doralina* (1975) e *Memorial de Maria Moura* (1992).

Em 2002, Raquel de Queiroz publicou a coletânea infantil *Meninos, eu conto* (Record), no qual se destaca a fábula sobre a maternidade do bezerro sem mãe, que transcrevo a seguir:

“Foi numa fazenda de gado, no tempo do ano em que as vacas dão cria. Cada vaca toda satisfeita com o seu bezerro. Mas dois deles andavam tristes de dar pena: uma vaca que tinha perdido o seu bezerro e um bezerro que ficou sem mãe.

A vaquinha até parecia estar chorando, com os peitos cheios de leite, sem filho para mamar. E o bezerro sem mãe gemia, morrendo de fome e abandonado.

Não adiantava juntar os dois, porque a vaca não aceitava. Ela sentia pelo cheiro que o bezerrinho órfão não era filho dela, e o empurrava para longe.

Aí o vaqueiro se lembrou do couro do bezerro morto, que estava secando ao sol. Enrolou naquele couro o bezerrinho sem mãe e levou o bichinho disfarçado para junto da vaca sem filho. Ora, foi uma beleza!

A vaca deu uma lambida no couro, sentiu o cheiro do filho e deixou que o outro mamasse à vontade. E por três dias foi aquela mascarada. Mas no quarto dia, a vaca, de repente, meteu o focinho no couro e puxou fora o disfarce. Lambeu o bezerrinho direto, como se dissesse: ‘Agora você já está adotado!’

E ficaram os dois no maior amor, como filho e mãe de verdade.”

O ambiente no Congresso em relação ao governo Lula é mais ou menos o conto de Raquel de Queiroz, com a diferença de que os bezerrinhos é que estranham a vaca e ainda não apareceram o vaqueiro. Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ontem, resolveram dar um xeque-mate no governo com relação ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Pegaram o Palácio de Planalto de surpresa e, num recado claro, indicaram o líder do PL, Sóstenes Cavalcanti (RJ), um bolsonarista raiz, como relator do decreto que derrubou o aumento do IOF. Somente o PT e PSol votaram contra.

Semipresidencialismo

A rejeição ao aumento do IOF proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a pressão do Congresso por corte de gastos do governo, sem incluir as emendas parlamentares, porém, não significam apenas uma queda de braço em relação à política fiscal e um estranhamento entre o Executivo e o Legislativo, mas um desequilíbrio institucional perigoso na relação entre os Poderes. A derrota do governo na Câmara foi acachapante: 383 a 98.

Decretado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 22 de maio, o aumento do IOF incide sobre operações de crédito, câmbio e antecipação de recebíveis (risco sacado), o que também atinge praticamente todo o setor varejista, distribuidores de combustíveis, agronegócio, operações de câmbio e importações. A lógica do governo era aumentar as alíquotas daqueles que ganham muito e pagam pouco imposto. Porém, o Congresso não aceita aumentar a carga tributária.

Do ponto de vista institucional, a decisão transborda essa questão em si. Está mais do que evidente que o sistema presidencialista brasileiro está se tornando cada vez mais disfuncional. Enfraquecido pela desaprovação do governo nas pesquisas de opinião, Lula perdeu o controle de parte dos investimentos federais, que está sendo pulverizada entre as prefeituras do país por meio das emendas parlamentares. E não tem maioria no Congresso para reverter essa situação.

Lula foi emparedado pela oposição, que conseguiu atrair as bancadas do Centrão para suas posições. São dois grupos, respectivamente: um quer inviabilizar o governo, outro faz chantagens para obter mais vantagens. Desde o governo de Michel Temer, a gestão do Orçamento da União vem sendo compartilhada com o Congresso de maneira assimétrica: no lugar do presidencialismo de coalizão, surgiu um semipresidencialismo irresponsável.

Antes de votação, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, declarou que a derrubada do decreto que aumento do IOF provocará a um novo contingenciamento de R\$ 2,7 bilhões nas emendas parlamentares de 2025, e de R\$ 7,1 bilhões, em 2026. Gleisi argumentou que a medida é necessária para respeitar o arcabouço fiscal sem prejudicar o funcionamento de programas sociais. O governo terá que cortar mais R\$ 10 bilhões apenas neste ano para cumprir a meta fiscal.

FRAUDE NO INSS

PF menciona Moro, Onyx e Pinato em apuração

Menções ao senador Sergio Moro (Podemos-PR), ao deputado Fausto Pinato (PP-SP) e ao ex-ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) levaram a Polícia Federal a remeter ao Supremo Tribunal Federal a investigação das fraudes contra aposentados no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A PF informou ao STF que Fausto Pinato e Onyx Lorenzoni foram mencionados nos “cadernos investigatórios que compõem o arcabouço da Operação Sem Desconto”.

A PF menciona que Onyx recebeu recursos de um intermediário da Amar Brasil, uma das associações suspeitas de golpes contra aposentados, no segundo semestre de 2022, após deixar o Ministério do Trabalho e Previdência no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na época, ele era candidato ao governo do Rio Grande do Sul. A movimentação foi detectada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

“Frise-se que Onyx foi Ministro do Trabalho e Previdência de julho de 2021 a março de 2022, período em que os ACTs (acordos de cooperação técnica) da Amar e demais entidades foram entabulados perante o INSS, o que deu azo aos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Onyx admite que recebeu doação de campanha, mas não conhece quem fez

descontos fraudulentos”, diz trecho da manifestação da PF.

O ex-ministro explicou que recebeu uma doação de campanha. “Eu realmente recebi na minha campanha de governador uma doação de um tal Felipe, que primeiro eu não pedi, segundo eu não sei quem é”, afirmou. Ele classificou

como “completamente fantasiosa” a representação da PF.

Em relação a Moro, as suspeitas recaem sobre mudanças nas atribuições administrativas do Ministério da Justiça, quando ele era o titular da pasta, para regular sindicatos e associações patronais e de trabalhadores. Segundo a PF, na gestão

do ex-ministro foram promovidas alterações que enfraqueceram sindicatos tradicionais e favoreceram associações assistenciais envolvidas nos golpes aos aposentados. A corporação afirma que essa foi a “gênese da estrutura” de fraudes.

Em nota, o senador afirmou que o Ministério da Justiça não teve “qualquer relação com contribuições associativas ou descontos em aposentadorias ou pensões”. A PF também apontou conexão entre a investigação das fraudes no INSS e o inquérito em que Moro é acusado de extorsão pelo advogado Rodrigo Tacla Duran, alvo da Operação Lava-Jato.

O ministro Dias Toffoli vai conduzir as investigações. Toffoli requisitou o compartilhamento de uma série de inquéritos ligados à Operação Sem Desconto.

O deputado Fausto Pinato emitiu nota na qual afirma que não tem “qualquer envolvimento com os fatos investigados. A menção à minha pessoa decorre unicamente do fato de meu escritório político — alugado em janeiro de 2024 — estar localizado no mesmo endereço onde, anteriormente, funcionava uma empresa supostamente vinculada ao caso. Trata-se de uma coincidência infeliz”, afirma.